



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 815, DE 2017

Requer, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal e na forma dos arts. 74, III, 145 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por sete senadores titulares e sete suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar os pagamentos de remuneração a servidores e empregados da Administração Pública direta e indireta, de todos os Poderes e órgãos independentes, aí incluídas as empresas públicas e sociedades de economia mista, em desacordo com o teto constitucional ("supersalários"), bem como para estudar possibilidades de restituição desses valores ao Erário pelos beneficiários.

AUTORIA: Senador Renan Calheiros (PMDB/AL), Senador Aécio Neves (PSDB/MG), Senadora Fátima Bezerra (PT/RN), Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR), Senador Airton Sandoval (PMDB/SP), Senadora Kátia Abreu (PMDB/TO), Senadora Lídice da Mata (PSB/BA), Senadora Lúcia Vânia (PSB/GO), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senadora Regina Sousa (PT/PI), Senador Armando Monteiro (PTB/PE), Senadora Simone Tebet (PMDB/MS), Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO), Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), Senador Dalírio Beber (PSDB/SC), Senador Dário Berger (PMDB/SC), Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), Senador Edison Lobão (PMDB/MA), Senador Elmano Férrer (PMDB/PI), Senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB/PE), Senador Fernando Collor (PTC/AL), Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), Senador João Alberto Souza (PMDB/MA), Senador João Capiberibe (PSB/AP), Senador José Maranhão (PMDB/PB), Senador José Medeiros (PODE/MT), Senador José Pimentel (PT/CE), Senador José Serra (PSDB/SP), Senador Lindbergh Farias (PT/RJ), Senador Magno Malta (PR/ES), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Ricardo Ferraco (PSDB/ES), Senador Roberto Requião (PMDB/PR), Senador Roberto Rocha (PSB/MA), Senador Romero Jucá (PMDB/RR),

Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Telmário Mota (PTB/RR), Senador Waldemir Moka (PMDB/MS), Senador Wilder Morais (PP/GO)



Página da matéria



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Renan Calheiros

REQUERIMENTO N^º 815, DE 2017

(Do Senador Renan Calheiros e outros)

A publicação
Em 27/09/17
P.S.

Requer-se a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar os pagamentos de remuneração a servidores e empregados da Administração Pública direta e indireta, de todos Poderes e órgãos independentes, aí incluídas as empresas públicas e sociedades de economia mista, em desacordo com o teto constitucional (“supersalários”), bem como para estudar possibilidades de restituição desses valores ao erário pelos beneficiários.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal e na forma dos arts. 74, III, 145 e seguintes, do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por sete Senadores titulares e sete suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar os pagamentos de remuneração a servidores e empregados da Administração Pública direta e indireta, de todos os Poderes e órgãos independentes, aí incluídas as empresas públicas e sociedades de economia mista, em desacordo com o teto constitucional (“supersalários”), bem como para estudar possibilidades de restituição desses valores ao erário pelos beneficiários.

Fica a previsão orçamentária sobre as despesas necessárias à consecução do inquérito parlamentar estimada em R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Renan Calheiros

JUSTIFICAÇÃO

Lamentavelmente, tem chegado ao domínio público uma infinável série de casos em que o teto constitucional, minuciosamente previsto no inciso XI do art. 37 da Constituição Federal vem sendo desrespeitado. Foram criados inúmeros subterfúgios disfarçados de "indenização" para que verbas como auxílio-educação, auxílio-moradia, auxílio para cursos de línguas, indenização por acúmulo de varas, prêmio por meta alcançada, distribuição de lucros, entre outras, não só fossem pagos além do teto constitucional, mas também não fossem incluídos para a base de cálculo do Imposto de Renda. Isso, claro, além das verbas de natureza indenizatória que já eram conhecidas, mas que vêm sendo concedidas com nítido abuso, tais como 30 diárias e centenas de horas-extras por mês.

Em Minas Gerais, o demonstrativo de pagamentos registra valores estratosféricos. Na folha de agosto, mais de 100 juízes e desembargadores receberam mais de R\$ 70 mil. Dez desses magistrados receberam valores que variam de R\$ 96 a R\$ 470 mil. Os valores incluem vantagens pessoais, subsídios, adicionais por função de confiança ou cargo em comissão, indenizações e vantagens eventuais.

O Mato Grosso é outro exemplo desses exageros, quando um único juiz estadual recebeu mais de R\$ 500 mil em um único mês. Ao mesmo tempo, descobre-se que a média salarial do Tribunal de Justiça de São Paulo supera os R\$ 90 mil e que os desembargadores do Tribunal de Justiça de Pernambuco se permitem o pagamento de auxílio-alimentação durante suas férias.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Renan Calheiros

No Acre, a situação era ainda mais grave porque os magistrados recebiam adicional equivalente a 40% do salário porque tinham curso superior. Esse absurdo foi corrigido pelo ministro Gilmar Mendes, que afirmou são ilegais os ato normativos que concedam benefícios a magistrados sem que estejam estipulados na Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

O Poder Executivo também é rico em exemplos, particularmente quando vemos as vultosas quantias pagas a título de jetons aos Ministros, Secretários de Estado e outras autoridades por integrarem conselhos de estatais. Há ainda casos em que os salários de diretores de empresas públicas e sociedades de economia mista são inflados com exorbitantes gratificações pagas a servidores públicos que permanecem meses a fio “convocados” para prestar serviço fora de seu local de lotação apenas para ganhar diárias. Muitas vezes, essas diárias são pagas para viagens a locais onde as famílias dos servidores moram e eles mantém residência.

No Senado Federal, até 2014, a situação não era diferente. Entendia-se que a função comissionada, gratificação paga a quem assumisse cargos de direção, chefia ou assessoramento, não deveria ser contabilizada no teto constitucional, o que fazia com que quase mil servidores extrapolassem os rendimentos de um Ministro do Supremo Tribunal Federal. Foi necessário um grande esforço administrativo para conseguir adequar essas situações.

Para tratar desse assunto por um prisma legislativo, em 2016 foi constituída uma Comissão Especial do Extrateto, presidida pelo Senador Antonio Anastasia e relatada pela Senadora Kátia Abreu, que fez um excelente trabalho ao propor projetos de lei e



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Renan Calheiros

apoiar uma PEC atacando frontalmente esse problema, além de exortar outros poderes a adotar providências.

Nesse sentido, os Projetos de Lei do Senado 449, 450 e 451, todos de 2016, foram aprovados em dezembro do ano passado no Senado Federal (na Câmara numerados respectivamente como PL 6726/16; PL 6751/2016 e PL 6752/16), mas seguem pendentes de apreciação pela Câmara dos Deputados, ressalvado o recente pedido de urgência para o Projeto 6726/16. A PEC 62/2015 segue ainda pronta para pauta do Plenário do Senado.

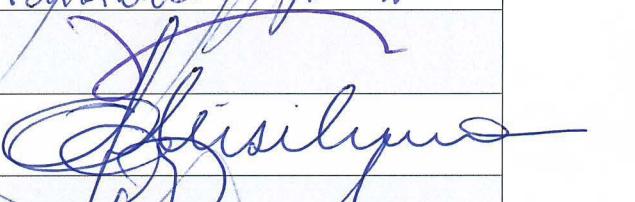
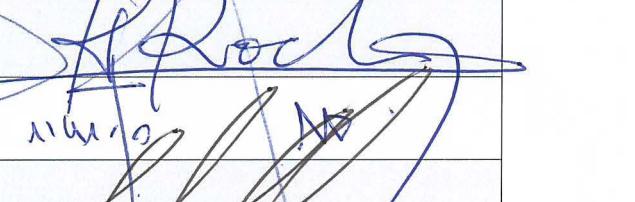
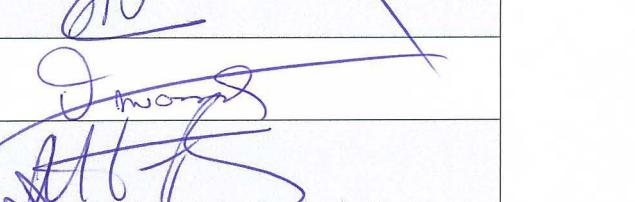
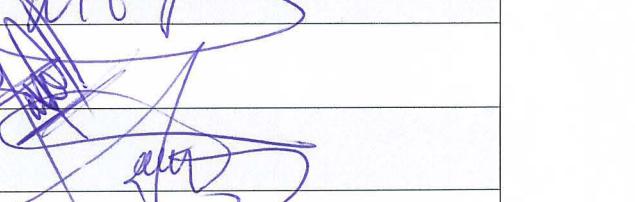
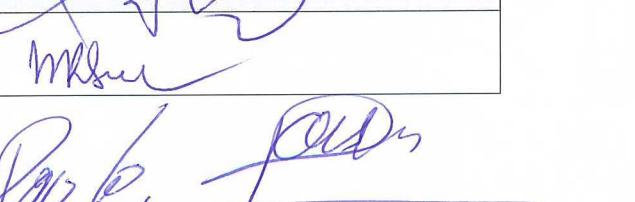
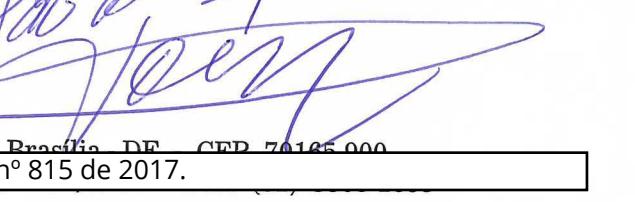
A decisão da ministra Carmén Lucia, de tornar mais transparente os valores recebidos pelo Judiciário deve ser exaltada. Entretanto, não resolve o problema, uma vez que não atinge instituições como o Ministério Público, estatais e os demais Poderes. Fato que justifica a necessidade imediata de uma CPI.

Mostra-se imprescindível que o Congresso Nacional legisle de forma definitiva sobre o tema. Mas também é necessário investigar casos em que evidentemente não se verifica uma carência legislativa, mas um claro objetivo de burlar a norma regimental, com pagamento de valores aviltantes. Isso no momento em que se rediscute, para menor, o valor estimado para o salário-mínimo, há cortes sensíveis em programas sociais, em investimentos e custeio. Em tempos de crise, os sacrifícios devem ser compartilhados por todos e, em qualquer caso e em qualquer tempo, cumpridas as regras constitucionais vigentes no país.


Senador RENAN CALHEIROS



Subscritores

No.	NOME	ASSINATURA
2	LINDBERGH	
3	Romero Júlio	
4	Lobo	
5	Flexa Ribeiro	
6	Aécio José	
7	gleisi Hoffmann	
8	Pachá Recta	
9	Tucano	
10	Anastácio Grandino	
11	Tasso Jereissati	
12	Davi Alcolumbre	
13	Fernando Bezerra	
14	REGNFFE	
15	Juninho	
16	Silviano Bezerra	
17	José Medeiros	
18	Waldyr Moniz	
19	Regis Gomes	
	Tomaz	
	Pablo Roettger	



20		AILTON SÁTORAL
21		DÉCIO SÁEZ
22		JOSÉ MARANHÃO
23		MAGNO MALTA
24		JOÃO CABIBERIBE
25		ELMÍRIO FERREIRA
26		JOAQUIM PIMENTEL
27		RYAN A.D.
28		ROSENE ROCHA
29		MARIN DO CARMO ALVES
30		OTTO ALENCAR
31-		SIMONE TEBET
32-		TELMIÁRIO MOTA
33-		
34- F. Coimbra		FERNANDO COIMBRA
35- Jair Bolsonaro		JAIRO BOLSONARO (Lúcia Vânia)
36- Reinaldo		ROBERTO REINALDO
37-		DÁRIO BERGER
38- Mauro de Paiva		ATAÍDES OLIVEIRA
39-		
40- Amílcar		JOSÉ SERRA
41-		
42-		LÍDICE DA MATA
		RANDOLFE RODRIGUES

Endereço: 15º andar - Anexo I - Senado Federal - Brasília - DF - CEP 70165-900